

O verdadeiro debate que ninguém quer ter sobre o preço dos combustíveis

Duarte Batalha Reis · 14.09.2026

ECONOMIA · SOCIEDADE · POLÍTICA

Um futuro de esperança não se constrói sendo o parceiro silencioso de nações que lucram com a guerra. O caminho faz-se investindo corajosamente na paz, na segurança coletiva e numa soberania energética assente na força das comunidades. Só quando formos donos da energia que consumimos seremos donos do nosso próprio destino.

É tempo de ultrapassar a discussão rasa do costume. Sempre que o preço dos combustíveis dispara e nos esvazia a carteira, o debate político afunila de imediato: de um lado pedem-se cortes fiscais milagrosos, do outro exige-se a fixação administrativa de margens. A redução temporária dos impostos é uma boa medida de alívio no curto prazo para dar oxigénio às famílias, e ninguém com bom senso contestará a necessidade de limitar as margens das gasolinhas. No entanto, reduzir este problema a questões de curto prazo é tapar o sol com a peneira. É urgente olhar para esta crise do ponto de vista macroeconómico e com uma estratégia a longo prazo.

É preciso desmontar a demagogia dos partidos que prometem reduções fiscais permanentes nos combustíveis sem terem a coragem de explicar de onde virá o dinheiro. Onde é que pretendem cortar para equilibrar o Orçamento do Estado? Eliminar a diferença fiscal face a Espanha abriria um buraco estrutural superior a 2 mil milhões de euros, o que significaria inevitavelmente mutilar o nosso Estado Social. Pior ainda, num mercado com graves falhas de concorrência bloqueado por grandes operadoras, uma parte substancial dessa descida de impostos seria rapidamente convertida em lucros diretos para as grandes gasolinhas.

A Europa está vulnerável porque falhou estrategicamente. O problema não esteve no fecho das refinarias nas últimas décadas, mas sim na total irresponsabilidade política de não se ter assegurado atempadamente alternativas seguras àquilo que deixámos de produzir, fosse através de um investimento estrutural em energias renováveis ou de acordos comerciais duradouros.

A verdade é que a Europa está vulnerável porque falhou estrategicamente. O problema não esteve no fecho das refinarias nas últimas décadas, mas sim na total irresponsabilidade política de não se ter assegurado atempadamente alternativas seguras àquilo que deixámos de produzir, fosse através de um investimento estrutural em energias renováveis ou de acordos comerciais duradouros. Para agravar o cenário, a capacidade de escolha europeia foi literalmente rebentada com os atos de sabotagem ao Nord

Stream, que destruíram a arquitetura de segurança energética da Europa e nos atiraram para a dependência exclusiva de rotas marítimas mais caras.

Chegámos a este ponto crítico porque a União Europeia continua amarrada a uma política de cega subordinação aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos. Apenas neste ano de 2026, assistimos aos ataques militares norte-americanos ao Irão, que mantêm a região num constante cerco económico e fricção militar, colocando um prémio de risco estrutural nas rotas marítimas vitais do Golfo Pérsico. Paralelamente, assistimos à intervenção na Venezuela e rapto do presidente Maduro, com o objetivo claro de capturar reservas petrolíferas massivas e perturbar a oferta global a curto prazo. Enquanto os EUA se protegem recorrendo às suas reservas e extração endógena, garantindo preços subsidiados à sua população e exportando a inflação para a Europa, a nossa liderança curva-se.

O caminho para a verdadeira emancipação macroeconómica faz-se devolvendo o poder da energia às pessoas, através de uma transição justa que todos possam compreender e da qual todos possam beneficiar.

Para uma alternativa de esquerda democrática, a resposta a esta submissão não é baixar impostos para continuarmos dependentes do petróleo de impérios beligerantes. O caminho para a verdadeira emancipação macroeconómica faz-se devolvendo o poder da energia às pessoas, através de uma transição justa que todos possam compreender e da qual todos possam beneficiar.

Em primeiro lugar, é vital dar prioridade absoluta ao edificado. Em vez de se destruir a paisagem natural e os solos agrícolas com quilómetros de painéis solares que só servem os interesses das grandes multinacionais, é imperativo aproveitar os espaços já construídos, esgotando a instalação de painéis nos telhados das casas, nas coberturas dos parques de estacionamento e nos enormes pavilhões das zonas industriais. A energia tem de ser um bem democrático, e por isso é tão importante garantir que cada telhado possa gerar a sua própria eletricidade limpa e transformar os edifícios públicos em polos de sustentabilidade. Esta é uma forma direta de combater a pobreza energética e baixar a fatura da luz das comunidades locais.

O objetivo central é construir uma economia que garanta empregos verdes, estáveis e bem pagos na instalação e manutenção destas estruturas, fixando as pessoas nos seus territórios e promovendo uma verdadeira coesão em todo o país.

Para que esta mudança seja verdadeiramente comunitária, é essencial um apoio estrutural às Comunidades de Energia Renovável e o fomento do modelo cooperativo. Na prática, isto permite que um grupo de vizinhos, pequenos negócios locais ou autarquias se unam para produzir e partilhar a sua própria energia, garantindo que o dinheiro poupado nas faturas e os lucros gerados não vão parar aos bolsos de acionistas de corporações energéticas, mas fiquem na própria região a enriquecer a economia local. O objetivo central é construir uma economia que garanta empregos verdes, estáveis e bem pagos

na instalação e manutenção destas estruturas, fixando as pessoas nos seus territórios e promovendo uma verdadeira coesão em todo o país.

Um futuro de esperança não se constrói sendo o parceiro silencioso de nações que lucram com a guerra. O caminho faz-se investindo corajosamente na paz, na segurança coletiva e numa soberania energética assente na força das comunidades. Só quando formos donos da energia que consumimos seremos donos do nosso próprio destino.